

Trajelórias políticas em mudança: tornar-se feminista no Cone Sul

JOANA MARIA PEDRO¹

Em seu testemunho, várias mulheres nascidas em países do Cone Sul, nos anos quarenta e cinquenta do século XX, e entrevistadas por nossa pesquisa sobre “Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul”, apresentam coincidências narrativas que nos permitem fazer algumas reflexões. Entre estas coincidências, gostaria de destacar os feminismos que vieram do exterior. Articulando história, memória, depoimentos e mudança de engajamento, pretendo discutir as narrativas de pessoas que estiveram exiladas durante as ditaduras militares no Cone Sul, e que atribuem sua identificação com o feminismo ao contato que tiveram com estas idéias no exterior. A questão é, então, discutir o contexto que permitiu este argumento, e perceber as forças políticas que legitimaram a organização destas narrativas. Pretendo apresentar duas questões: 1) o sentimento de culpa em relação ao exílio; 2) o reforço de um argumento de esquerda, que dizia que o feminismo vinha do exterior.

Várias migrações em direção à Europa e a outros países, ocorridas entre 1964 e 1989, realizadas por pessoas vindas de países do Cone Sul, tiveram uma conotação política intensa. Este período caracterizou-se, nestes países, como um momento em que todos viveram sob ditaduras militares. Para as pessoas que faziam resistência a estas ditaduras, a alternativa para não morrer nem ir para a prisão e/ou sofrer torturas, era emigrar. Estas migrações ocorreram, tanto porque as pessoas estavam diretamente envolvidas, como por serem familiares de alguém que estava envolvido/a.

Este período da década de 1960, até o final da década de 1980, foi, também, aquele que é considerado como o da “Segunda Onda” do feminismo. A historiografia que focaliza esta questão informa que circularam, com muita intensidade, desde os Estados Unidos e Europa, novas reivindicações das mulheres, alcançando, também, a América do Sul e os países do Cone Sul, no caso da pesquisa que aqui apresento. Pretendo destacar os exílios, especificamente, de algumas destas pessoas que afirmaram

¹ Professora doutora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisa financiada pelo CNPq.

ter tido contato com o feminismo no exterior, e que, em seu retorno ao país de origem, engajaram-se no movimento de mulheres e feministas.

Não estou querendo aqui fazer uma generalização, a partir de dados coletados, buscando a verdade “do que realmente aconteceu”; quero, apenas, refletir sobre estas narrativas recorrentes que aparecem na historiografia do feminismo e que ganham status de verdade, sem muita crítica. Não se trata, também, de “demonstrar” qual o impacto do exílio no feminismo brasileiro. Pretendo, apenas, fazer a crítica destas narrativas, usando como pressuposto um possível “enquadramento da memória”(POLAK, 1992, tentando, assim, buscar o contexto em que este “enquadramento” teria sido formulado. Para isso, quero começar chamando a atenção para o fato de que os discursos dos “companheiros” de esquerda, nos anos setenta, coincidem com as narrativas de um “feminismo que veio do exterior”. Estas foram feitas recentemente mais propriamente através de entrevistas realizadas a partir de 2003 e até 2009, no Brasil e em diferentes países do Cone Sul. Sou tentada a atribuir esta “coincidência discursiva” às formas como as trajetórias da esquerda, percorridas pelas mulheres, conduziram-nas para este tipo de justificação.

Convém destacar que nem todas as mulheres que se identificaram com o feminismo chamado de segunda onda atribuem ao exílio, ou a uma viagem ao exterior, - seja como exilada, refugiada, para estudos, para passeio etc. -, sua identificação com estas idéias. Várias de nossas entrevistadas atribuem esta identificação a influências de amigas, parentas, além de algumas leituras, ou, até, que já nasceram feministas! Outras, ainda, atribuem esta identificação a ressentimentos em relação aos companheiros de esquerda, mas também aos familiares.

Clare Hemmings (2009), em “Contando histórias feministas”, lembra que a história do feminismo, que ela chama “estória” para relativizar, tem sido uma narrativa hegemonicamente definida pelo hemisfério norte. É essa discussão que me leva a interrogar de que maneira essa “estória” é reproduzida nas narrativas das depoentes. Nas histórias do feminismo existe a noção de que essas idéias têm formado várias ondas. Na Primeira Onda (do final do século XIX e início do XX), as mulheres reivindicavam direitos políticos, sociais e econômicos; na Segunda Onda (a partir da metade dos anos 1960), elas passaram a exigir direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado.

Convém sublinhar que pensar o feminismo a partir de diferentes ondas reforça a idéia da existência de centros irradiadores e suas margens; é como se uma pedra tivesse sido atirada na água, formando várias ondas. Estas vão se abrindo e apontando para a circulação de discursos e teorias que partem de um centro produtor, sendo este, em geral, os países considerados desenvolvidos do hemisfério norte; em seguida, dirigem-se para o hemisfério sul, localização principal dos países considerados subdesenvolvidos.

Nas entrevistas que fizemos, várias mulheres relacionam seu envolvimento com o feminismo a partir de seu contato com a Europa. A pergunta que precisa ser feita é: até que ponto esta narrativa é articulada na medida em que reforça esta noção de “Onda”? Que legitimidade alcançam as narrativas que se articulam com esta “estória”? Até que ponto reforçam a constante afirmação da esquerda de que o feminismo é “idéia fora de lugar”, questão de países ricos? Além disso: até que ponto a identificação com o feminismo ajudou estas mulheres a superar uma outra questão que esteve presente nestas migrações, ou seja, a rejeição aos que migraram voluntariamente?

Devemos, ainda, considerar que, nos depoimentos sobre o envolvimento com os movimentos de resistência, com grupos armados e com vários partidos envolvidos na luta, é comum a referência à desqualificação de quem “fugia” - leia-se migrava, refugiava-se, exilava-se; a não ser que fosse designado/o pelo grupo a que pertencia para uma missão no exterior, ou, como no caso do Brasil, que a organização para salvar suas vidas definisse quem deveria partir. Emigrar voluntariamente foi, muitas vezes, identificado com “desertar” de uma luta que tinha que ser feita no país onde a pessoa havia nascido.

Em várias entrevistas, aparecem referências sobre este “desertar”. Uma depoente, que foi para a Suíça afirma que “(...)com a saída do Brasil, fui assumindo um nível de culpabilização muito grande, um sentimento de estar traindo os companheiros, de estar abandonando a luta”(COSTA, 1980, p.428). Nossa questão é: até que ponto voltar como feminista ajudou muitas destas mulheres a se “qualificar” perante os que ficaram no país, de onde se considerava que não deveriam ter partido? Lembro que este exterior nem sempre é a Europa. Em sua maioria foram o México e os demais países do Cone Sul.

As fontes utilizadas

Os dados que apresentarei nesta comunicação fazem parte de um grande projeto desenvolvido no LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História, da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem como título geral “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”. Articula história comparada e do presente. Realizamos estudos nos países do Cone Sul, quais sejam: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Foram feitas mais de 150 entrevistas com pessoas que se identificaram com o feminismo entre 1960 e 1990, e com pessoas que participaram de movimentos de resistências às ditaduras nesses países. Fazemos, também, pesquisas em arquivos pessoais e públicos, buscando inquéritos policiais e processos judiciais envolvendo estas pessoas, além de em periódicos de esquerda e de feministas ou de movimento de mulheres; e também em livros de memória, historiografia da época, etc.; enfim, diferentes fontes.

A escolha das pessoas a serem entrevistadas foi definida entre outras coisas, por suas idades (nascidas nas décadas de 1940 a 1950); naturalmente, por sua participação em atividades feministas, de direitos humanos e de resistência às ditaduras (inclusive na luta armada). Foram selecionadas através de rede de contatos. As atividades que desenvolvemos junto ao IEG – Instituto de Estudos de Gênero, na Universidade Federal de Santa Catarina, permite-nos conhecer inúmeras pessoas engajadas na temática dos estudos de gênero e feminismos nestes países, e de sua participação na resistência às ditaduras e na luta armada.

As entrevistas foram realizadas nos locais de residência e/ou de trabalho das pessoas contatadas. Temos clareza de que as narrativas que estas pessoas fizeram foram permeadas pelo contato com a entrevistadora, pelo momento da entrevista e por toda a trajetória que foi vivida. Trata-se de uma narrativa retrospectiva. As vidas que estas pessoas vivem, hoje, as relações em que estão envolvidas, o trabalho que desenvolvem, o contexto político atual do país onde vivem, as relações de força da atualidade, configuram narrativas diferenciadas do passado.

Nem todas as entrevistadas identificaram-se com o feminismo.² O que trazemos, aqui, é uma parte do resultado deste trabalho. Queremos, apenas, focalizar algumas

² O contato com pessoas envolvidas com a luta armada é devido à pesquisa da Prof^a. Cristina Scheibe Wolff, “Relações de gênero na luta da esquerda armada. Uma perspectiva comparativa entre os países do Cone Sul” e, também, “O gênero da resistência Na luta contra as ditaduras militares no Cone Sul 1964-1989”. A Profa. Cristina faz parte da equipe.

narrativas de identificação com o feminismo, feitas por mulheres que hoje se dizem feministas e que atribuem este engajamento ao seu exílio em outros países. Escolhemos uma de cada país, para mostrar a semelhança destas narrativas. Estas depoentes foram procuradas por serem reconhecidas, publicamente, como lideranças feministas. Este contexto da entrevista, seguramente, regeu suas narrativas.

Estamos considerando que a identificação com o feminismo não é algo fixo, nem passível de avaliação: seria realmente feminista essa pessoa? A auto-identificação com o feminismo, dentro da abordagem de Stuart Hall (2000, p. 106), figura como um processo de “tornar-se”, ou seja, uma construção, um processo nunca completado; dessa forma, a identificação é “condicional”. O fato de se identificar e, de algum modo, divulgar os pressupostos do feminismo, foram as principais condições que nos levaram a envolver uma pessoa nesta pesquisa. Pensamos que, assim, poderíamos identificar as relações, os grupos, as influências e as redes em que estavam inseridas (HALL, 1999. p. 21) e, desta maneira, perceber alguns dos caminhos que seguiram as identificações com o feminismo.

Múltiplas temporalidades

Evidentemente, a diversidade de países que compõem aquilo que chamamos de Cone Sul, promove, também, uma diferença significativa nas datas em que estes eventos ocorrem. Mesmo porque, em sua maior parte, estas narradoras falam de seu retorno em momentos de democratização ou, pelo menos, de “abertura” ou de início de democratização.

Nas narrativas do feminismo no Brasil, por exemplo, há datas que têm sido marcadas e que são objetos de discussão: 1972, ano em que começaram a aparecer os primeiros grupos de consciência em São Paulo e no Rio de Janeiro; 1975, definido pela ONU como Ano Internacional da Mulher, período em que surgem grupos que se formam, e ainda, a primeiro periódico ligado a estes, o “Brasil Mulher” (PEDRO, 2006). Outra data é 1979, ano da Anistia, quando começaram a chegar ao Brasil várias pessoas que haviam se exilado, voluntariamente ou por banimento; todavia, encontram-se referências à presença de ex-exiladas interferindo nos caminhos do feminismo já em 1976, quando do surgimento do periódico “Nós-Mulheres”.

Em outros países do Cone Sul, a narrativa e as datas são outras. No Chile, os anos 80 são considerados como o momento do surgimento de grupos importantes, mas ainda temerosos da ditadura de Pinochet. De acordo com Nelly Richard (2001), um feminismo dividido entre o autônomo e o socialista. Argumenta ela que a “transição” chilena significou fragmentação, uma dispersão dos movimentos sociais que exerceram grande força político-contestadora nos tempos da luta contra a ditadura.

Na Bolívia, foi - de acordo com as narrativas que obtivemos - somente no final da década de 80 que passaram a surgir grupos de consciência, os quais teriam dado origem a alguns grupos feministas. Algumas entrevistadas relatam que três freiras católicas norte-americanas - Mary Gnoll, Judy e Linn -, que trabalhavam na Bolívia, foram as responsáveis pela divulgação de grupos de reflexão na região de Santa Cruz (MESCHWITZ, 2007). Importante destacar que, apesar das diferenças constatadas entre elas, a maioria tem um mesmo relato a respeito das “origens” de um grupo chamado “coletivo Rebeldia”. Todas, entretanto, falam de organização de grupos de consciência na Bolívia somente a partir de 1985. Convém lembrar que, até 1982, a Bolívia viveu sob ditaduras, e isto dificultou a possibilidade de reuniões, divulgação de idéias, organizações civis, etc...

Na Argentina, a bibliografia tem registrado que os anos de 1970 foram de grande efervescência na criação de associações feministas. Karin Grammatico (2005, p. 20) cita como exemplos desta efervescência a *Unión Feminista Argentina* (UFA), fundada em 1970; o *Movimiento Feminista de Liberación Femenina* (MLF), em 1972; o *Movimiento Feminista Popular* (MOFEP); a *Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina* (ALMA), em 1974; e a *Frente de Lucha por la Mujer* (FLM), aparecida em 1975 sob os auspícios da Declaração do Ano Internacional da Mulher das Nações Unidas, agrupando, mesmo que por pouco tempo, a maioria destes movimentos. Desde 1970, as integrantes da UFA, por exemplo, faziam grupos de consciência, nos quais discutiam inúmeros textos vindos dos Estados Unidos. Costumavam reunir-se no Café Tortoni.

Dos vários países do Cone Sul, o Paraguai é, certamente, o que teve a mais longa das ditaduras. Iniciada em 1954, só terminou em 1989. Este governo, entretanto, não foi homogêneo: teve períodos de maior e de menor violência; além disso, a permanência do general Alfredo Stroessner Matiauda no poder foi referendada por sete “eleições” sucessivas. Foi, certamente, este longo período de ditadura que dificultou a identificação

com o feminismo no Paraguai. Segundo Carmen Echauri et al.(2005), foi a participação na Conferência de Nairobi, em 1985, com impulso das Nações Unidas, que marcou a retomada do feminismo no Paraguai.

As primeiras organizações de mulheres políticas surgiram no início da década de 1980, em torno de “demandas pela liberação e democratização do país e reivindicações mais específicas de gênero, no marco da resistência antiditatorial em que convergiam, então, amplos setores da sociedade paraguaia” (YORE; COLAZO, 2001, p. 15). Mesmo ainda sob o governo de Strossner, começaram a ser fundadas as primeiras organizações de mulheres, influenciadas pelos movimentos feministas da América Latina. Entre estas organizações, destacam-se a UMPA-*Unión de Mujeres Del Paraguay*. Em 1985, foi criada a FAM-*Frente Amplio de Mujeres*. Esta é a primeira organização a adquirir um enfoque feminista (YORE; COLAZO, 2001, p. 20-21).

O Uruguai, até 1960, foi chamado de Suíça da América do Sul, por sua estabilidade econômica, política e social. Muitos dos direitos reivindicados pelo feminismo foram conquistados, ali, muito antes da década de 1960. Lá, o divórcio era legal desde 1907. Além disso, as mulheres participavam, de forma crescente, do mercado de trabalho liberal, e tinham acesso à educação universitária, como política resultante, especialmente, dos governos liberais de José Batlle y Ordoñez (ARAÚJO, 1980; RAGO, 2001). Graciela Saprizza (2005, p. 42) afirma que foi a entrada crescente das mulheres de camadas médias urbanas nas universidades que promoveu uma verdadeira revolução cultural. Elas estiveram presentes nos múltiplos espaços públicos que se constituíram no período. Entretanto, para esta autora e para Ana Maria Araújo (1980), as lutas específicas das mulheres, que foram a tônica da “Segunda Onda” do feminismo, não tiveram espaços nos anos 1960 e início de 1970, no Uruguai.

Narrativas que se repetem

Localizar no exterior o lugar de sua identificação com o feminismo, esteve muito presente nas narrativas de mulheres que estiveram envolvidas em alguma forma de militância de esquerda. Embora não apenas. Em todos os países do Cone Sul, encontram-se vários destes depoimentos. Escolhi, de cada país, um depoimento, para mostrar a abrangência destas narrativas.

Nascida na Argentina, Dora Barrancos (2006) foi militante socialista. Não chegou a se envolver com a luta armada; entretanto, com a ditadura de 1976, refugiou-se no Brasil, onde militou no Movimento Feminino pela Anistia; fez manifestações contra a violência em relação às mulheres, e atuou no caso Ângela Diniz. Em seu depoimento informou: “Portanto, outro dos méritos que eu tenho com o Brasil é ter encontrado com o feminismo. E esse feminismo aparecia forte em Minas Gerais, porque você deve lembrar do caso de Ângela Diniz... e eu fui das que andaram nas passeatas; acompanhei o caso espantoso de Ângela Diniz... e recorro perfeitamente das minhas companheiras que já militavam no feminismo.”

Ela diz que não tinha saído feminista da Argentina: foi o Brasil que a transformou. E, acrescenta “(...) para nós, em nossos imaginários de formação social, o feminino e a questão da condição feminina viriam depois da revolução. Não estava no programa e não estava na agenda de nossas ações”. Ela também participou do movimento de mulheres pela anistia no Brasil, e reconhece seu envolvimento aí, “porque minhas amigas estavam”. Falando de sua militância na Argentina, informou que participou do grupo “La tendencia”, que pertencia à “juventude peronista de esquerda”. Nos dias de hoje, é reconhecida como militante feminista na Argentina.

Na Bolívia, Miriam Suarez (2007) conta que, quando se deu o golpe de 21 de agosto de 1971, ela não tinha idéia do que era o feminismo:

(...) eu tinha muitas idéias do que era a revolução, do que havia no livro vermelho de Mao Tse-tung, do que havia sido a passagem de Che Guevara pela Bolívia. Então, obviamente, tudo que eu tinha era a idéia de justiça, esta idéia, este ideal, que surge de ver estas desigualdades que havia, tão profundas, na Bolívia, e concretamente em Santa Cruz.

Teve que sair da Bolívia muito jovem. Foi, inicialmente, para a Argentina. Estava lá, quando ocorreu o golpe no Chile. Voltou para a Bolívia e foi presa, justamente no trem, quando entrava na Bolívia vindo da Argentina. “Desta maneira, eu tive que viver uma situação mais difícil e superar, que era a perseguição e estar presa”. Recebeu, então, apoio das Nações Unidas como refugiada política. Estava na Suécia em 1976, quando houve o golpe na Argentina. Regressou da Suécia para a Bolívia no ano de 1983.

Foi no exílio que começou a se decepcionar com os colegas militantes. De acordo com ela, eles eram muito machistas. A maioria deles tinha mais de uma família, alguns eram violentos com elas e, além disso, ficavam lendo jornal e vendo televisão,

enquanto suas mulheres faziam todo o trabalho. “Estas críticas, que tem a ver com a história mais ou menos própria das mulheres, foi a primeira coisa que me levou a um encontro de mulheres feministas, já estando longe de meu país.”

Foi no exílio que ela leu obras de referência do feminismo, como Augusto Bebel, Clara Zequim, Maria Sandel, uma feminista sueca, e feministas italianas. “Buscava leituras que tentavam me explicar.” Depois que retornou para a Bolívia, passou a se dedicar às questões do feminismo e do movimento das mulheres. Hoje, é coordenadora da “Casa de la Mujer”, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

Um número significativo de mulheres brasileiras foi para a Europa – além de seguirem, também, para outras partes do mundo. A maioria voltou, e muitas delas – embora não todas - integraram-se aos grupos feministas que estavam em formação no país, nos anos setenta. Maria Lygia Quartim de Moraes (2007) foi uma destas. Esteve exilada na França, tendo, antes, passado pelo Chile e por Cuba. Teve o marido morto (desaparecido), e o irmão preso por atividades de resistência à ditadura. Pertenceu ao Partido Comunista. O marido pertenceu, além de ao PC, à VPR – Vanguarda Popular Revolucionária. De acordo com ela, seu contato com a França não foi traumático. Vinda de uma família de classe média, conhecia a língua francesa. Teve, na França, contato com o feminismo. Voltou para o Brasil em 1975, e aí formou, com outras ex-exiladas, o periódico Nós Mulheres. Eram, de acordo com ela, não só feministas que haviam tido contato com estas idéias na França, como, também, as que pertenciam à vertente de esquerda chamada “Debate”. “A França foi civilizatória, primeiro porque a gente nunca tinha vivido numa democracia de fato; democracia burguesa, claro, mas, enfim, a gente não conhecia o tal do regime republicano.”

No Chile, por exemplo, Margarita Iglesias (2007) relatou-nos que viveu em Santiago até 1975, quando foi expulsa, indo para a França. Ficou exilada por 15 anos. Pertenceu ao MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionaria. Voltou em 10 de março de 1990. De acordo com ela, sair do país era considerado quase uma traição. “O MIR tinha tomado uma decisão política, que era que as pessoas que pertenciam ao movimento, não saíam do país, estavam proibidas de sair”. Mesmo assim, ela saiu.

Fora de seu país, participou de uma Organização Externa de Apoio ao Centro Operacional do Chile. Procurou, então, formar-se militarmente. Estava fazendo a universidade na França, quando surgiu a oportunidade de ir para Cuba por dois anos:

1978 e 1979; lá, fez preparação militar de base, no exército. Sua intenção era se preparar e voltar clandestinamente para o Chile. Seu primeiro embate com o MIR, por causa do machismo, aconteceu quando teve uma gravidez indesejada. Por causa desta gravidez, o MIR impediu-a de voltar para o Chile. Ela considerou isso uma punição que a discriminava: afinal, diz ela, “muitos companheiros homens que engravidavam outras mulheres (...) não eram punidos” Voltou, então, para Paris.

Em Paris, formou um Comitê de Mulheres Chilenas para dar assistência às mulheres presas no Chile, e apoio às mulheres que estavam na resistência. Ela conta que estava em Paris em 1975, quando começaram as grandes mobilizações do MLAC – Movimento pela Liberação do Aborto e da Contracepção, “e eu participei dessas mobilizações, e foi o ano em que se instaurou [discriminizou] o aborto”. Entretanto, de acordo com ela, muito de seu envolvimento com o feminismo visava à luta em favor das mulheres do Chile. Afinal, diz ela, “(...) nunca foi minha opção o feminismo”. Mesmo assim, quando surgiu no Chile, nos anos de 1980, o grupo de mulheres “La Morada”, ela trabalhou desde a França, no apoio a esta causa feminista. Em 1990, retornou ao Chile e envolveu-se com as discussões do feminismo; desde 2002, dirige o Centro de Estudos de Gênero na Universidade do Chile.

Line Bareiro – do Paraguai (2008) - disse que viveu numa família na qual as idéias feministas circulavam, e que seu pai era muito progressista. Na Faculdade, foi líder estudantil, e atuava nos movimentos contra a ditadura. Mas, de acordo com ela, “Eu posso dizer que não fui feminista durante toda a faculdade”. Ela faz esta afirmação, mesmo tendo participado, em 1975, de algumas atividades que foram realizadas pela *Organización Internacional de la Mujer*. Durante o período em que foi estudante, atuou na *Frente Unido Revolucionario* (FUR). Esta entidade fazia parte do que se chamava de movimento independente, ou seja, grupos que se formaram após saírem dos partidos políticos tradicionais. “E formamos o movimento estudantil independente. Eu também fazia teatro popular e (...) fazíamos obras, como de alfabetização, com o método Paulo Freire, em comunidades rurais”. Ela, então, conta que se tornou feminista na Alemanha, ainda que não gostasse muito do movimento feminista alemão. Ela diz: “Não me agradavam as formas de relacionamento e de atuação pessoal, mas eu sentia que isso era algo muito importante.” Retornando ao Paraguai, Line Bareiro se envolveu com o movimento de mulheres e feministas.

Moriana Hernandez – do Uruguai narra “Eu me filiei nos anos 60, à juventude comunista”; de acordo com ela, esta organização era muito pequena, não passavam de 500 pessoas em todo o país. Mas, de acordo com ela, isso mudou com a Revolução Cubana, que deu um grande impulso para a “Organización de Isquierda del Uruguai”. Ela relata que participou da FESUM – Federación de Estudiantes Secundários Montevideú, que foi a primeira organização estudantil do Uruguai. Esta mesma Organização tornou-se nacional, e passou a se chamar Coordenadora de Estudiantes Secundarios del Uruguai, a CESU. Destas duas Organizações, ela participou da fundação. De acordo com ela:

(...). Eu não sei ao certo a quantidade, mas lá pelos anos 70 devíamos ser uns 30.000 jovens comunistas. Foi um processo de crescimento acelerado. Bastante centrado, estou falando da juventude e não do partido, bastante centrado no movimento dos estudantes. (...).

Ela acrescenta que em determinado momento, as colegas e ela perceberam que tinham atuado na militância das organizações de esquerda como se fossem homens. Ela afirma: “Eu fui homem!”, e diz: “havíamos concebido, ou melhor, assumido a militância tal como nos havia sido dada.(...)” Ela saiu do país para o exílio em 1976; viveu oito anos e meio no México. E acrescenta:

No México, me fiz feminista, ou de alguma maneira, no México, me descobri feminista, porque é difícil saber quando nós nos fazemos feministas, não? Mas, em todo o caso, é conhecer alguns textos; e, pensar, sobretudo pensar sobre alguns textos; e eu o fiz no México, e me aproximei da militância feminista no México.

Ela reflete sobre este feminismo que veio do exterior “(...) O Uruguai teve muita migração política que, majoritariamente, voltou após a ditadura. Dentro das que voltávamos, muitas mulheres voltaram feministas. Tinham-se feito feministas no Brasil, no México, na Venezuela, na França, na Itália(...)”. A ditadura fechou a Universidade e expulsou muitos docentes universitários. Vários destes docentes criaram Institutos e Centros de Investigação fora da universidade. Um destes é o GRECMU - Grupo de Estudios sobre La Condición de la Mujer en el Uruguay. Moriana Hernandez participa deste grupo, que existe até hoje.

Considerações

O que podemos observar, nestas seis coincidências narrativas, pode ser pensado como uma “memória enquadrada”, como diria Michel Pollack. Neste caso, esta memória, que atribui ao exterior sua identificação com o feminismo, estaria confirmando uma tradição de várias vertentes da esquerda dos anos 70, que dizem que estas idéias estavam “fora de lugar” na América Latina. Neste caso, pensar o feminismo como algo que vem do exterior é inverter os termos da acusação a seu favor. Seria, entretanto, reconhecer que se trata de um estrangeirismo que não teria sentido em países pobres, com sérios problemas sociais? Até que ponto esta narrativa do feminismo aprendido no exterior se enquadra dentro desta narrativa maior de um espaço que ainda não tem lugar para o feminismo, um lugar onde as mulheres estariam muito mais interessadas em sobreviver, em sua dominação de classe, antes de tentar resolver sua dominação de gênero?

Convém salientar que não faltaram narrativas de mulheres que se identificaram com o feminismo sem terem saído do país de origem. Vários trabalhos historiográficos têm mostrado a circulação de idéias, as formas de apropriação do feminismo, a transformação das propostas, a maneira como se criou, em diferentes países um “feminismo próprio”, muitas vezes instrumentalizando teorias, dando novos sentidos para as palavras, construindo pautas próprias.

No depoimento de várias mulheres, também oriundas da esquerda, a identificação com o feminismo aparece sem que estas o associem com o contato com outros países; enfim, inúmeras pessoas que se tornaram feministas no Brasil, no Uruguai e na Argentina, sem terem ido para o exílio, seja lá onde for. É isso que se percebe nas narrativas de Eleonora Menecucci de Oliveira(2004), Eva Blay (2005), Heleieth Yara Bongiovani Saffioti (2005), para citar algumas brasileiras; e ainda Alejandra Ciriza (2006), na Argentina, e Graciela Sapriza(2006), no Uruguai. Estas não atribuem ao exílio ou a viagens ao exterior sua identificação com o feminismo. Todas elas relacionam-no com contatos, com leituras, com influências e com acontecimentos ligados ao próprio país onde viveram esta identificação.

Evidentemente, a historiografia tem razão, quando relaciona o feminismo às viagens, ao exílio; entretanto, não dá para ignorar que estas coincidências narrativas são

mais do que “dados empíricos”: as maneiras de narrar estão próximas demais do discurso que a esquerda – no campo internacional - fez do feminismo nos anos 70. Portanto, isso nos instiga a refletir.

Fica, então uma pergunta: por que esta mudança de engajamento político? Sentiram-se como as civilizadoras de uma terra de “pouca civilização”? Que relações de poder levaram estas mulheres a intensificar sua identificação com o feminismo, em seu retorno?

Outra questão a pensar é a questão da culpa. É possível que, no jogo de culpas e acusações entre quem ficou e quem foi para o exílio, o feminismo fosse uma porta de entrada, uma novidade, um campo ainda não definido, onde era possível apostar?

Como já disse, havia uma cobrança das diversas organizações para que seus militantes não fossem embora, que ficassem na luta. Ora, a anistia trouxe de volta muitos que tinham sido banidos, mas, também, os que tinham se exilado “voluntariamente”. Os embates com as pessoas que ficaram no país e foram presas e torturadas, não foi simples. É possível que, para muitas mulheres, o feminismo fosse uma possibilidade, no jogo de forças que deveriam enfrentar. Assim, nos lugares onde o feminino era incipiente, elas foram as fundadoras de grupos, casas, ONGs; e, nos países onde já havia um feminismo local, elas eram as que melhor compreendiam as novas idéias; sabiam melhor sobre as últimas teorias, as últimas agendas de luta oriundas dos “países desenvolvidos”. A idéia de que o “verdadeiro feminismo” irradiava-se como “ondas” vindas dos países “desenvolvidos”, sem dúvida, permeou este campo de forças.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ARAUJO, Ana Maria. Tupamaras. Des femmes de l'Uruguay. Paris : Des femmes, 1980.

BAREIRO, Line. Entrevista realizada em 21/02/2008, em Assunção, Paraguai, por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff.

BARRANCOS, Dora. Entrevista realizada em 15 de setembro de 2006, em Montevideu, por Cristina Scheibe Wolff.

BLAY, Eva Alterman. Entrevista realizada em 4/08/2005, em São Paulo, por Joana maria Pedro.

CALVERA, Leonor. *Mujeres y feminismo en la Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

CIRIZA Alejandra e LLAVES, Nora. Entrevista realizada em 27 de outubro de 2006, na Argentina, por Cristina Scheibe Wolff

COSTA, Albertina de Oliveira et alii. Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Albertina. Testemunho fornecido durante o Colóquio Internacional Gênero Feminismo e Ditaduras no Cone Sul, realizado em Florianópolis, na UFSC, entre 4 e 7 de maio de 2009.

ECHAURI, Carmen Echaury et alii Cf. material disponível em: <<http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/paraguay/orga-1.htm>>. Acesso em: 09.11.2005.

GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: Un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea et alii (orgs.) Historia, género y política en los '70. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, 2009.

IGLESIAS, Margarita, entrevista realizada por Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro, em junho de 2007, em Santiago, transcrita por Priscila C. Sena.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1): 234-241, jan-jun/2003.

MENECUCCI, Eleonora de Oliveira. Entrevista realizada em 14/10/2004, em Cáceres, MT, por Joana Maria Pedro.

MESCHWITZ, Mandela Sainz M. Entrevista realizada em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, no dia 10/12/2007, por Joana Maria Pedro e Gabriela Miranda Marques, transcrita por Gisele da Silva.

MORAIS, Maria Lygia Quartim de. Entrevista realizada em 28 de março de 2007 em Florianópolis/SC, por Joana Maria Pedro e convidadas.

NARI, Marcela. Abrir los ojos, abrir la cabeza: el feminismo en la Argentina de los años 70. *Feminaria*, Ano IX, n. 17/18, noviembre de 1996.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Anpuh, n.52, vol. 26, 2006. p. 249-272.

RAGO, Margareth. Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: UNESP, 2001.

RICHARD, Nelly. La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile. In.: _____ MATO, Daniel (comp.). Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Transformaciones Sociales en tiempos de globalización - 2. Caracas y Buenos Aires: UNESCO y Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001. pp. 227-239. Disponible en: <http://www.globalcult.org.ve/pub/Clacso2/richard.pdf>. acessado em 05/05/2007

SAFFIOTI, Heleieth Yara Bongiovani. Entrevista realizada em 2/08/2005, em São Paulo por Joana Maria Pedro

SAPRIZA, Graciela. Entrevista realizada em 13/09/2006, em Montevideu, por Roselane Neckel.

SAPRIZA, Graciela. Memorias del cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea et alii (orgs.) Historia, género y política en los '70. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

SUAREZ, Miriam Suarez. Entrevista realizada por Joana Maria Pedro e Gabriela Miranda Marques em 10/12/2007, em Santa Cruz de La Sierra, transcrita por Gisele Maria da Silva.

VASSALLO, Alejandra. 'Las mujeres dicen basta': movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los 70. In: ANDÚJAR, Andrea et alii (orgs.) Historia, género y política en los '70. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p.61-88;

YORE, Nadimy Perla; COLAZO, Carmen. *Al rescate de nuestra historia*. Asunción: Red de Mujeres Políticas, 2001.